**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

**CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS**

**FACULDADE DE EDUCAÇÃO**

**CURSO DE PEDAGOGIA**

**LUCIANA FRANCISCO MARSICO**

**LÁPIS “COR DE PELE”: UMA PROBLEMÁTICA PARA O DEBATE CURRÍCULAR**

**RIO DE JANEIRO**

**2016.**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

**CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS**

**FACULDADE DE EDUCAÇÃO**

**CURSO DE PEDAGOGIA**

**LUCIANA FRANCISCO MARSICO**

**LÁPIS “COR DE PELE”: UMA PROBLEMÁTICA PARA O DEBATE CURRÍCULAR**

**Monografia apresentada como exigência final da disciplina Monografia II do Curso de Pedagogia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Orientadora: Profª Drª Claudia Miranda. Rio de Janeiro, 2016.**

**Rio de Janeiro**

**2016**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

**CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS**

**FACULDADE DE EDUCAÇÃO**

**CURSO DE PEDAGOGIA**

Aprovada em: \_\_\_\_\_ de\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_\_\_\_.

BANCA EXAMINADORA

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

ProfªDrª Claudia Miranda. Orientadora

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_
ProfªDrªAdrianneOgeda.

Rio de Janeiro

2016

**DEDICATÓRIA:**

Dedico a todos que me ajudaram de alguma forma para a minha formação, seja de forma direta ou indireta, contribuindo para a realização desde trabalho. De maneira especial à minha mãe, pai, irmãos, namorado, professores e amigos. O carinho, a ajuda e apoio de cada um de vocês foram essências para minha vitória.

**AGRADECIMENTOS:**

Primeiramente, agradeço а Deus, pois sem ele eu não teria forças para essa longa jornada.  Agradeço aos meus pais, Elza Helena e Luiz Cláudio, e aos meus irmãos, Maurine e Ricardo, e ao restante da família que com muito amor, carinho e apoio não mediram esforços para que eu chegasse até esta etapa da minha vida, sempre me auxiliando, e colaborando da melhor forma possível para que este sonho se tornasse possível. Agradeço ao meu namorado, amigo e parceiro Sérgio, por tanto amor, carinho e pela sua capacidade de me trazer paz na correria de cada semestre, sempre me ajudando e me apoiando. Agradeço a minha professora e orientadora Cláudia Miranda por toda a paciência, apoio, confiança, conselhos e incentivos, durante todo tempo. Agradeço a todos os professores por me proporcionar o conhecimento não apenas racional, mas a manifestação do caráter de afetividade da educação da educação no processo de formação profissional. Agradeço a todos os meus companheiros de turma que contribuíram para a minha formação e deixaram as aulas mais alegres e divertidas. Especialmente à Luísa e Patrícia, na qual construí laços mais profundos de amizade que não se restringirá apenas à faculdade, levarei para a vida. Agradeço a todos os meus amigos que sempre me apoiaram, se preocuparam e me incentivaram a realizar este sonho. A todos que direta ou indiretamente fizeram parte da minha formação, o meu muito obrigado. Valeu a pena a distância, cada sufoco e dificuldade que foram superadas ao decorrer do caminho.

**RESUMO**

O trabalho aqui apresentado tem como objetivo, discutir alguns aspectos sobre a Educação e as Relações Étnico-raciais no ambiente escolar, a falta de um currículo escolar pluralista e a não aplicabilidade da lei 10.639/03. O interesse por estes temas iniciou por vivências na qual passei durante minha vida escolar, tanto como aluna quanto professora. Questões que envolvem as Relações Étnico-raciais precisam estar cada vez mais presentes em nossa sociedade, ainda mais em um país tão miscigenado como o Brasil, e que ainda sim, o preconceito é bem presente no nosso cotidiano. A lei 10.639/03 precisa ser imposta nos currículos escolares, e os professores precisam utilizar recursos pedagógicos para que os alunos entendam a importância da história e cultura afro-brasileira e africana, fazendo paralelamente uma desconstrução do eurocentrismo, na qual é muito forte no Brasil. Há diversas atividades citadas para combater o racismo, mostrando que há diversas opções para um possível currículo plural.

**Palavras-chave:** Lei 10.639/03; Preconceito racial; Lápis cor de pele; Currículo escolar, Currículo plural.

**SUMÁRIO**

Introdução...............................................................................................................................8

Capítulo I- Perspectivas para o currículo na pluralidade cultura...........................................10

Capítulo II - A não aplicabilidade da lei 10.639/03 e suas consequências............................13

Capítulo III – O verdadeiro giz de cera cor de pele...............................................................18

Capítulo IV – A predominância da cultura europeia no Brasil .............................................20

Capítulo V – Possíveis atividades para um currículo pluralista.............................................23

Referências ............................................................................................................................29

**INTRODUÇÃO**

Quando tinha menos de dois anos, minha mãe levava meu irmão de 3 anos à escola, lugar onde eu me agarrava na grade, chorava, esperneava e gritava: “ Quero ficar na escola! Quero estudar! Quero ficar com meus amigos!”. E após de diversas vezes esta cena se repetir, meus pais conversaram com o diretor, e conseguiram me colocar na escola, mesmo não possuindo a idade exigida. Entrei no mundo da educação naquele instante, continuo até hoje e não pretendo sair, pois já estou apaixonado por esta enorme encantadora área.

O tempo foi se passando, e a vontade de ser professora foi surgindo, brincando com amigas de escolinha e até com bonecas, com direito a quadro branco e tudo mais, pois minha mãe sempre me incentivou no que eu realmente queria. Virei auxiliar de diversos professores da minha escola no Ensino Fundamental, pois sempre queria ajudar e me inserir neste meio. Até dava aula de Educação Física para crianças dentro do colégio, onde tinha a liberdade de me incorporar. Amigos me pediam ajuda para ensinar Inglês, Matemática, entre outras matérias. E a paixão foi crescendo comigo, e eis que estou aqui, cursando pedagogia para tentar ser futuramente uma excepcional professora, onde pretendo me dedicar em pesquisas para solucionar a questão de assuntos da educação que me incomodam desde nova, como por exemplo, a questão do lápis “cor de pele”, na qual é bege.

Este é um assunto que sempre me inquietou e que já passei por situações que envolviam o tema, na qual eu era a vítima. Uma professora do ensino fundamental do primeiro segmento, de uma escola particular da zona norte do Rio de Janeiro,pediu que eu pintasse a minha família de cor de pele, e assim eu fiz: pintei minha mãe e meus dois irmão de lápis de cor marrom, meu pai de bege e a mim pintei de marrom bem fraco, pois eu era negra com um tom bem clarinho. Ela disse que meu trabalho estava errado e marcou com caneta vermelha. Ela queria que eu pintasse minha família toda como se fossem brancos. Minha mãe ao ver a atividade, foi à escola reclamar.

 Mesmo tendo oito anos de idade, já entendia que no Brasil existem diversas culturas por sermos um país miscigenado e, por conseguinte, existem diversos tons de pele, então mesmo criança já sabia que era impossível existir um lápis que sirva para definir todas as tonalidades de pele, e infelizmente, minha professora atribuía o nome ao lápis bege, o que muitos como ela, chamam de “cor de pele”.

Tive essa concepção sozinha, aos 8 anos, não precisou ninguém me contar, porém é triste saber que uma professora, qualificada para ensinar crianças cometa um erro inaceitável como este, na qual a criança que está aprendendo acaba incorporando o erro para ela também, e por fim, acaba também chamando o lápis bege de “cor de pele”, até que ocorra uma intervenção de terceiros. E mais triste ainda é saber que ainda existem muitos professores que compartilham esse erro, e digo por experiência própria, pois já ouvi tal absurdo de outras professoras, tanto da rede particular, quanto da rede privada.

Trabalhei durante três anos como professora de informática de educação infantil, em escolas particulares de classe alta, e infelizmente, perdi as contas das vezes em que ouvi algum aluno chamando a cor bege de “cor de pele”, e para mudar isso foi fácil para mim. Eu perguntava a eles “ O João\* é da mesma cor que o Pedro\*? O Pedro\* é da mesma cor que a minha?” e eles respondiam “não”, e aí eu questionava “Então como existe apenas uma cor de pele? O Pedro\* é de uma cor, o João é de outra, eu sou de outra, a Julia\* é de outra cor. Não tem como existir uma cor chamada cor de pele, porque são várias cores de pele!” e pronto, nunca mais ouvi do aluno a palavra “cor de pele”, não na minha aula ao menos.

Quero mostrar com isso como é fácil corrigir e ensinar o certo para as crianças, elas são muito inteligentes, aprendem fácil, e para um assunto como este não seria diferente. Basta apenas os professores se conscientizarem, pois as vezes eles falam “cor de pele” mas nem reparam que estão cometendo um erro, de tanto que está enraizada essa fala na nossa sociedade. Por estes motivos e outros, é que pretendo fazer esta análise sobre o lápis “cor de pele” e a aplicabilidade da lei 10.639/03, de como ela está sendo trabalhada nas escolas e como está afetando os alunos, para que possamos ter cidadãos mais conscientes, e uma sociedade menos preconceituosa.

O lápis de cor da cor bege, em que diversas crianças, e assustadoramente professoras também, chamam de lápis “cor de pele” possui bastante popularidade nas escolas e até dentro de casa. A cor dominante é a dos brancos, e por isso o lápis “cor de pele” é de cor bege. E se algo tão bobo como isto não é erradicado de algumas escolas, o currículo das mesmas é de se

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

\* - Os nomes utilizados são fictícios para preservar as identidades das crianças.

preocupar e investigar, para analisarmos e criarmos o quanto antes um currículo próprio para a realidade do nosso país.

Para a compreensão de como são os currículos praticados, envolvendo as relações étnico-raciais tendo como único foco a etnia negra, foram adotados procedimentos metodológicos qualitativos, articulando pesquisas e entrevistas com professores de redes publicas e privadas, e com análises documentais e bibliográficas, relacionando os resultados das pesquisas com os discursos de autores aqui mencionados.

As pesquisas tem como finalidade, dialogar com os professores e saber como está a implementação da lei 10.639/04 nas escolas, buscando saber se o currículo realmente está sendo praticado ou não, e se está sendo, investigar a forma de como está sendo aplicado, se a professora segue as diretrizes da lei, sendo realizados relatos a fim de enriquecer esta pesquisa e ampliar nossos conhecimentos.

**I – PERSPECTIVAS PARA O CURRÍCULO NA PLURALIDADE CULTURAL**

O Brasil é um país miscigenado, com diversas raças, culturas, crenças, e os currículos escolares não estão adeptos a esta realidade. Os negros são a maioria da população, e ainda sim se tornam ausentes nos currículos praticados.

Existe a lei que obriga todas as escolas a lecionarem conteúdos da História e Cultura Afro-Brasileira, mas todos nós sabemos que isto não saiu do papel, ainda que a lei seja de 2003. Como Souza (2009, p. 1) cita, “a lei 10.639/ 2003 estabelece Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana”, e a falta destes conteúdos podem acabar surgindo o preconceito e intolerância em algumas crianças, assim o autor Cavalleiro (2000) menciona:

Os estudos apresentados [...] evidenciam o fato de o sistema formal de educação ser desprovido de elementos propícios à identificação positiva de alunos negros com o sistema escolar. Esses estudos demonstram a necessidade de uma ação pedagógica de combate ao racismo e aos seus desdobramentos, tais como preconceito e discriminação étnicos. Eles podem estar ocorrendo no cotidiano escolar, provocando distorções de conteúdo curricular e veiculando estereótipos étnicos e de gênero, entre outros, por intermédio dos meios de comunicação e dos livros didáticos e paradidáticos (CAVALLEIRO, 2000, p.35).

Práticas educativas devem ser realizadas desde a educação infantil, na qual desde cedo poderão aprender e compreender sobre todas as raças, expondo suas diferenças de cor, cabelo, traços genéticos, culturas, e tentar afastar o racismo, que infelizmente também é fortemente encontrado na escola, como aponta também Cavalleiro:

Compreende-se que o reconhecimento positivo das diferenças étnicas deve ser proporcionado desde os primeiros anos de vida. Para tornar a pré-escola um espaço positivo ao entendimento das diferenças étnicas, é necessário observarmos o processo de socialização atualmente desenvolvido no espaço escolar que, conforme demonstrado por diversos estudos e pesquisas, parece ignorar essa questão. Contudo, a Educação Infantil não pode esquivar-se do dever de preparar o indivíduo para a existência das diferenças étnicas, já que ela, inevitavelmente, permeará a sua relação com os demais cidadãos. (CAVALLEIRO, 1998, p. 39).

Ou seja, é de extrema importância que as escolas trabalhem as questões raciais desde a educação infantil, a fim de que formem cidadãos sem preconceitos, pois há diversas situações inadmissíveis encontradas na educação infantil, e devemos extinguir tais atitudes vindas das crianças, assim como aponta a vivência de Cavalleiro:

A relação diária com crianças de quatro a seis anos permitiu-me identificar que, nesta faixa de idade, crianças negras já apresentam uma identidade negativa em relação ao grupo étnico a que pertencem. Em contrapartida, crianças brancas revelam um sentimento de superioridade, assumindo em diversas situações atitudes preconceituosas e discriminatórias, como por exemplo, xingando e ofendendo as crianças negras, atribuindo à cor da pele caráter negativo. (CAVALLEIRO, 1998, p. 11)

A escola é uma forte instituição social e formadora de educação, opiniões, pensamentos críticos, e é por isso que deve ser inadmissível qualquer pessoa que é ligada a educação ser preconceituosa, pois ela partilha de suas concepções com os outros alunos, podendo afetá-los e os tornando preconceituosos também, portanto, deve ser investigado afastado de seu cargo.

É de se preocupar com os currículos escolares em relação a raça e a cultura negra. É visto uma problemática, devido ao fato de existirem leis que obrigam a inserção da cultura africana e afro-brasileira nos currículos escolares, porém o mesmo, como todos nós sabemos, não acontece. ²

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

² - Sobre isto, recomendamos Guimarães 2013; e Ramos 2007

O currículo escolar de escolas particulares devem ser averiguados com mais atenção, pois geralmente encontra-se uma supremacia branca. Quando se trata de escola particular de classe alta é de suma importância possui um currículo plural, pois a probabilidade da instituição possui crianças negras é muito baixa, mas é de grande relevância que os alunos entendam que a cultura e a história africana e afro-brasileira fazem parte da história do Brasil.

A realidade da maioria das crianças da classe alta é encontrar pessoas negras apenas em cargos baixos, como babá, empregada, porteiro, entre outras profissões de baixo nível financeiro, e é indispensável que elas entendam que o lugar do negro não é apenas nestes cargos, que elas entendam que o Brasil passou por diversos períodos históricos, e por causa deles a situação do negro atualmente não é boa.

A falta de conhecimento acaba gerando o preconceito racial, atitude esta que está tão presente em nosso dia a dia que por muitas vezes não é notado. A partir dessa afirmativa cito autoras Silva e Paludo (2011, p.3):

Acredita-se que, uma maneira de combater o racismo é através do conhecimento e formação acerca das questões étnico-raciais, pois, permitirá que os sujeitos desencadeiem respeito entre as pessoas, independente de suas características e origens. Deste modo, o trabalho pedagógico com questões étnico-raciais é importante para auxiliar os educandos a compreender que a diferença entre indivíduos, povos e nações é saudável e enriquecedora. (SILVA E PALUDO, 2011, p. 3).

O conhecimento relacionado a questões étnico-raciais é de extrema importância para a formação de uma sociedade menos preconceituosa, e por isso a lei 10.639/04 deve ser aplicada no currículo escolar tanto da rede pública quanto da privada. O currículo possui uma grande importância nas escolas e na contribuição de uma melhor educação para cada aluno, assim como cita Pavan (2009):

A compreensão de currículo está para além da idéia de que se trata de uma lista de conteúdos. O entendimento de currículo, inspirado nas teorias pós-críticas, é de que se trata de um campo de luta e contestação no território da cultura, produzindo identidades e diferenças. Por meio do currículo algumas identidades são incluídas e legitimadas, outras excluídas e discriminadas (PAVAN, 2009, p. 1).

O currículo em si aponta diversas questões importantes, mas já passou da hora de sair do papel, ser trabalhado em classe e absorvido pelos estudantes. Algo deve ser feito em relação a isto, e com muitas pesquisas sobre essa problemática, estaremos contribuindo para a futura solução, e que desta forma conscientize todos desde novos, pois somos todos iguais.

Além da escola, é de estrema importância a participação dos pais em relação a esta temática, pois os pais devem ensinar aos seus filhos a respeitar as pessoas, não importa a cor, sexo, religião ou posição política. Respeito é fundamental e deve ser ensinado aos filhos o quanto antes. Os pais também são responsáveis pela formação da criança, não somente a escola, e também deve devem cobrar da escola que seja trabalhado a história e a cultura afro-brasileira e africana, podendo ser exigidas através de reuniões de pais que acontecem em todas as escolas

Por isso, a escola deve sempre realizar reuniões com os pais para que juntos possam decidir as melhores formas de conscientizarem os seus alunos, e observar também os comportamentos dos pais, pois as vezes eles podem ser preconceituosos, e por isso seus filhos acabam sendo também, então a escola deve tentar ajudar os pais a enxergar a nossa realidade, tentando mostrar que todos nós somos iguais e que o preconceito é uma ignorância, assim como cita Silva (2007, p. 10) “a escola era meio para reformar ou eliminar a mencionada ignorância, ou seja, os jeitos de ser, pensar, viver do povo diferentes das autodenominadas elites”.

**II - A NÃO APLICABILIDADE DA LEI 10.639/03 E SUAS CONSEQUÊNCIAS**

A lei 10.639/03 é bem clara e sucinta, alegando que “ Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira.”. Demonstrando o intuito que “O conteúdo programático a que se refere o **caput** deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil.”, determinando também a aplicabilidade dos conteúdos “Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras.”, sendo de fácil entendimento aplicar os conteúdos em História Brasileira, Literatura e Educação artística, devido ao fato da cultura e história negra estarem fortemente inseridos nestas três disciplinas; E por último, consta na lei “O calendário escolar incluirá o dia 20 de novembro como ‘Dia Nacional da Consciência Negra”, na qual tem como se intuito refletir sobre a cultura do povo africano, sobre a influência que tiveram na cultura brasileira. (BRASIL, 2003).

Ao fazer uma leitura detalhada da lei, percebe-se que é possível tecer relações de suas várias propostas com concepções de teóricos como Souza (2009) em que analisa as concepções de currículo e a lei 10.639/03. Foi possível dialogar também com Pavan (2009), na qual abordam sobre o multiculturalismo, currículo e identidade negra.

Souza é uma grande colaboradora, pois aborda um tema bastante semelhante a minha pesquisa, possuindo também pensamentos parecidos aos meus, como a questão da aplicação das leis nas escola, assim como demostra esta citação:

Apesar da promulgação da lei 10.639/03 constituir-se em uma resposta às demandas do Movimento Negro e a todos aqueles que vêm lutando por uma sociedade brasileira mais democrática, a sua aplicação não tem sido uma tarefa fácil: muitas vezes, os professores não se sentem motivados em cumprir leis que consideram vir de escalões superiores, não se sentem preparados para lidar com a questão e têm aqueles que ainda acreditam no mito da democracia racial ou acreditam que tocar nesse tema é tocar “na ferida”, preferindo o silêncio para “não provocar constrangimentos”. (SOUZA, 2009, p. 2).

A intenção da lei é colaborar e contribuir para ajudar a acabar com o preconceito e atitudes discriminatórias por meio de práticas pedagógicas, mas será que foi feito algum documento, planejamento ou conteúdo explicativo para os professores? Não basta apenas impor no currículo o conteúdo, se nem ao menos produziram algum documento explicativo como base para os professores se guiarem.

Muitos professores podem não saber como trabalhar com os alunos tais assuntos, ocorrendo talvez o risco de não passar o conteúdo que seria obrigatório. Caso o professor possua dificuldades, e não tenha o suporte necessário, ele deve se basear nos princípios contidos nas diretrizes da lei, lembrando sempre de trabalhar a história sem ter um olhar eurocêntrico, se não, nada adiantaria.

Os professores também precisam adentrar na vida dos alunos, conhece-los bem, descobrir sobre sua vida, para poder entender a realidade de cada aluno, e assim trabalhar o que for necessário especificadamente para cada aluno, analisando suas dúvidas, questionamentos, incertezas, entre outros fatores.

Algo que deve ser observado pela direção da escola é se o professor conversa com seus alunos questões sobre preconceito, se eles tiram as dúvidas dos alunos. Verificar se o professor age de uma maneira certa quando se depara há uma situação na qual ocorre desrespeito ou racismo. Deve se sempre ficar atento a estas questões para averiguar se o professor está exercendo bem o seu papel ou se fica em silêncio diante destas questões, e se está em silêncio observar o motivo, assim como menciona Cavalleiro (1998):

Sobre o silencio dos professores: Esse ritual pedagógico, que ignora as relações étnicas estabelecidas no espaço escolar, pode estar comprometendo o desempenho e o desenvolvimento da personalidade de crianças e de adolescentes negros, bem como estar contribuindo para a formação de crianças e de adolescentes brancos com um sentimento de superioridade. (CAVALLEIRO, 1998, p. 52).

O professor nunca deve ficar em silêncio diante de ações preconceituosas, pois seu silêncio acaba gerando assistência para que tais atitudes ocorram de novo, podendo até criar forças e acabar sendo praticada fora do âmbito escolar. E para que isso não ocorra, o professor tem papel fundamental de resolver esses problemas no momento do ato, esclarecendo aos alunos que todos somos iguais e utilizar recursos para que este pensamento tome força,

Uma boa opção para os dias de hoje é utilizar os recursos da internet, onde se encontram diversas propostas pedagógicas a serem trabalhadas, livros paradidáticos, vídeos, artigos, na qual podem contribuir para a elaboração de uma boa aula dentro dos parâmetros da lei.

A questão não é só transpassar o conteúdo aos alunos, por trás disto há objetivos, pois o aluno deve entender o porque essa lei foi feita, como é a cultura africana e como ela está presente na nossa vida, porquê existe a desigualdade racial, entre outros valores que todos os cidadãos deveriam saber e compreender, e através disto, auxiliar no combateao racismo e a discriminação, valorizando a população negra nos seus aspectos de afirmação de identidades e valorização de suas expressões culturais.

A lei 10.639 possui aspectos na qual podem auxiliar os professores, na qual Souza (2009, p.4) descreve:

As diretrizes apontam três princípios para orientar, de forma geral, as ações dos sistemas de ensino e dos professores: 1. consciência política e histórica da diversidade; 2. fortalecimento de identidades e de direitos e 3. ações educativas de combate ao racismo e discriminações.( SOUZA, 2009, p. 4)

mas serão estas diretrizes suficientes para o professor? Acredito que além dessas diretrizes, deve ser entregue aos professores diversas atividades que devem ser feitas para tal cumprimento da lei, pois estamos tratando de algo “novo” em nosso currículo, e precisamos oferecer suporte aos nossos professores.

Essa lei - 10.639/03 - já deveria ter sido promulgada e promovida nas escolas há muito tempo, pois não é de hoje que o Brasil é considerado um país mestiço, que sofre preconceitos, assim como descreve Souza apud Forquin (2009):

Como diz Forquin, a transmissão cultural da educação é um patrimônio de conhecimentos, valores, símbolos, constituído ao longo de gerações. Indaga-se, então, que patrimônio cultural estamos construindo, como educadores, para a população brasileira? Somos uma população majoritariamente miscigenada com um percentual significativo (44% pelo último censo) de pretos e pardos. Nada mais justo, portanto, que ampliar o acesso a informações sobre a diversidade da nação brasileira e sobre a recriação das identidades, provocada por relações étnico-raciais (p. 19) como sugere mais uma das orientações sugeridas pelos princípios da lei. (SOUZA APUD FORQUIN, 2009, P.7)

 Os conteúdos propostos pela lei devem ser aplicados o quanto antes, e inserir também na educação infantil – já que a lei não é obrigatória para este segmento -temáticas sobre, pois sabemos o quanto é importante já deixar claro para as crianças o quanto é ignorante ter preconceito, e já trabalhar de uma forma mais apropriada sobre a cultura africana e afro-brasileira, para desde nova se familiarizar com o conteúdo, assimilando que o que é certo e errado, e assim a criança mesmo bem nova já irá crescendo e desenvolvendo esse assunto na qual é tão falado e ao mesmo tempo complicado.

 Ainda que as escolas consigam transferir os conteúdos sobre a cultura afro-brasileira e africana, ainda há outras ações a serem feitas, pois não adianta ser obrigatório o ensino da cultura africana e afro-brasileira se nos livros didáticos o que mais observamos são pessoas brancas, e pouquíssimas negras, sobre tal fato, Silva (1995) explica:

O livro didático, de modo geral, omite o processo histórico e cultural, o cotidiano e as experiências dos segmentos subalternos da sociedade, como o índio, o negro, a mulher, entre os outros. Em relação ao segmento negro, sua quase total ausência nos livros e sua rara presença de forma estereotipada concorrem em grande parte para a fragmentação da sua identidade e auto-estima. (...) Não é apenas o livro o transmissor de estereótipos. Contudo é ele que, pelo seu caráter de ‘verdadeiro’, pela importância que lhe é atribuída, pela exigência social do seu uso, de forma constante e sistemática logra introjetar na mente das crianças, jovens e adultos, visões distorcidas e cristalizadas da realidade humana e social. A identificação da criança com as mensagens dos textos concorre para a dissociação da sua identidade individual e social. (SILVA, 1995, p.47-8).

 Nas mídias sociais observa-se a mesma coisa, pois em novelas, programas de TV, comerciais, o que se nota é que a maioria das pessoas são brancas, e raramente negras, sem contar aos papéis que são impostos aos negros, como faxineiro, empregada, porteiro, papéis que fazem parecer que os negros só possuem as profissões consideradas inferiores, que não possuem salários bons e com condições de trabalhos ruins.

De tanto que é visibilizado o negro nestes papéis, as pessoas acabam considerando que este deve ser o lugar do negro, pois a televisão acaba sendo um meio de comunicação tendencioso, e muito assistido, logo esta concepção sobre os negros podem ser compartilhadas com a maioria da população. Raramente vemos algum negro na televisão fazendo algum papel de médico, advogado, sendo da classe alta, e o que queremos é mudar essas histórias, colocando mais negros na televisão – já que são a maioria da população – e colocando-os em papéis de todos os níveis financeiros.

 Além dos educadores, outros grupos também lutam para que este currículo aconteça, como os Movimentos Negros, que existem há muito tempo, não só no nosso país, mas como na maioria dos países do mundo, e sempre lutaram contra as desigualdades raciais. Antes lutavam pela inserção dos negros nas escolas, e agora continuam lutando para que o conteúdo africano e afro-brasileiro seja ministrado nas escolas, como consta no currículo, sempre havendo uma luta e resistência para que esse currículo seja feito, pois sabemos que a “[...] igualdade não pode ser obtida simplesmente através da igualdade de acesso ao currículo hegemônico existente” (SILVA, 2004, p.90). Atitudes devem sempre ser tomadas, temos que ser resistentes e continuar sempre lutando por igualdade, pois se todos desistirem, a desigualdade só aumentará.

 É claro que o preconceito, a desigualdade e a injustiça não vão acabar apenas porque as escolas possuem no seu currículo conteúdos sobre a cultura africana e afro-brasileira, mas já contribui na luta por um país mais democrático e menos preconceituoso. Os jesuítas tinham como missão catequizar e alfabetizar os índios, deixando a cultura nativa deles de lado, para poderem aprender a cultura européia, a cultura branca.

Os negros eram banidos de frequentarem as escolas, e após muita luta, conseguiram fazer com que os negros fossem à escola, porém, também aprendiam apenas a cultura européia. E com mais luta, conquistaram uma lei para que insiram nas escolas os conteúdos sobre a cultura africana e afro-brasileira. Em um país que a etnia branca é predominante, as conquistas dos negros são sempre através de luta, conforme cita Pavan (2009):

O currículo brasileiro [...], desde o surgimento das escolas, além de reforçar os valores brancos e colocá-los como os únicos valores legítimos reforçou (e continua reforçando) processos de discriminação e racismos.”.[...] Se o currículo não atentar para essas diferentes histórias, não contribuirá para construir uma sociedade democrática e justa. Pelo contrário, estará reforçando a já abismal desigualdade entre brancos e negros no Brasil. (PAVAN, 2009, p. 6)

E para isso que devemos multiculturalizar o nosso currículo, pois é inadmissível e ignorante em um país mestiço, em pleno século XXI, discriminar algum indivíduo pela sua cor ou cultura, sem mencionar as outras discriminações.

**III – O VERDADEIRO GIZ DE CERA COR DE PELE**

Como já vimos, existe um lápis de cor bege na quais diversos alunos e adultos costumam chamar de “cor de pele”. Com o intuito de acabar com denominação errônea e fazer com que as crianças se sintam mais representadas, em 2015 foi criado uma parceria entre a UNIAFRO – Curso de Aperfeiçoamento em Política de Promoção da Igualdade Racial da Escola – com o artista plástico Frantz, proprietário da empresa de material artísiticoKoralle,na qual resultou em uma adorável surpresa: Giz de cera com 12 tons de pele. (Imagem do produto abaixo.)



Esta iniciativa foi feita para trabalhar com as questões da diversidade étnico-racial brasileira e devido ao fato de muitas crianças não se sentirem representadas pelas cores que possuem normalmente em estojos de lápis de cor, giz de cera e hidrocor, e também para podermos descontruir a cor “cor de pele”, sendo esta a cor bege.

A UNIAFRO é um curso de política de promoção da igualdade racial na escola, na qual possui o intuito de qualificar professores para debater em salas de aula sobre questões raciais, racismo e a aplicabilidade da lei 10.639/03, localizado em Porto Alegre, Rio Grande do Sul.

 O giz de cera com 12 tons de pele foi distribuído aos alunos deste curso para serem levados para sala de aula, e o resultado foi extremamente positivo. As crianças se identificaram muito mais nas cores disponíveis, e cada um pode pintar sua pele da cor que achasse mais apropriada, utilizando as diversas cores de tons de pele, como podemos ver os desenhos abaixo:



Ainda que o projeto da UNIAFRO seja realizado no Rio Grande do Sul, o giz de cera está disponível no site para todo o Brasil, custando R$ 17,29 + frete. O preço está bem acima do valor da caixa de giz de cera tradicional – que costuma ser em torno de R$ 4,00 – devido ao trabalho de produção, por ser um produto novo e por não ser popularizado.

Infelizmente, sei que acaba sendo um produto não acessível para as classes mais baixas, pois além do valor que é bem acima no tradicional giz de cera, ainda se tem o valor do frete que é entorno de R$16,00 a R$ 30,00, sendo fora da realidade de diversas famílias brasileiras.

O valor pode ser inviável para muitos, porém acredito que o MEC (Ministério da Educação) poderia se responsabilizar de levar este material para as escolas públicas, a fim de trabalhar na sala de aula as relações raciais e o racismo, já que “o racismo é uma prática que reproduz na consciência social coletiva um amplo conjunto de falsos valores e de falsas verdades e torna os resultados da própria ação como comprovação dessas verdades falseadas” (Cunha Jr., 1992, p. 149), sendo importante para descontruir estes falsos valores e falsas verdades que o autor aponta.

. Essa ação inclusive poderia contribuir com a lei 10.639/03, pois como sabemos a mesma não possui aplicabilidade na maioria das escolas, e com esse giz de cera, já poderíamos mudar o discurso enraizado e preconceituoso do lápis “cor de pele”.

Seria uma ótima iniciativa se o MEC distribuísse esse material para todas as escolas, e se as escolas privadas também aderissem a este recurso, pois nossas crianças se sentiriam mais representadas, iriam notar que todos os tons de pele são bonitos, e não apenas o “cor de pele”, pois muitas acabam acreditando que todos os desenhos que elas pintam ou que possua alguma pessoa, elas têm que pintar de bege, e não é isso que queremos. É importante que cada criança se ame, se aceite como ela é e aceite as outras crianças como elas são.

**IV – A PREDOMINÂNCIA DA CULTURA EUROPEIA NO BRASIL**

A cultura europeia foi fortemente aplicada desde a chegada dos brancos ao Brasil. Vestiram, catequizaram os índios, ensinaram português, e trouxeram sua cultura e costumes europeus. Até nos dias de hoje, notamos em todos os lugares esta herança herdada dos europeus e a predominância branca na televisão, nos maiores cargos de trabalhos e nas classes sociais mais altas, e até no lápis bege, na qual é chamado de lápis cor de pele.

A partir disso, realizei duas pesquisas simples.

Na primeira, utilizei um questionário, na qual diversas pessoas que estão ligadas à área da educação responderam, pois este era o meu foco; a segunda pesquisa foi expor o lápis bege e perguntar que cor seria aquela, realizado em uma sala de aula, de uma escola pública, localizada na Urca, Zona Sul do Rio de Janeiro, as perguntas da primeira pesquisa se encontram logo abaixo:

1. - A cor do lápis abaixo é considerada como bege. Você Já ouviu alguém chama-lo de “cor de pele”? Quem ? Adultos? Crianças?



1. -Se você atua como professor, ou já atuou ou atua como estagiário, responda: Você já ouviu algum parceiro de trabalho chamar o lápis bege de “cor de pele”? Já ouviu alguma criança chamar? Se ouviu, você o corrigiu? Como? A instituição era pública ou privada?
2. Sobre a lei 10.639/03 que impõe Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana, responda: Você acredita que com esta lei o preconceito racial pode ser descontruído? O que acha sobre a lei?
3. – Se você atua como professor, ou estagiário, na sua escola é trabalhada a lei 10.639/03? Como ela é realizada?

Este breve questionário foi feito para que possamos confirmar a partir de dados a força da cultura europeia no Brasil e como a lei 10.639/03 não é praticada. A maioria das respostas tinham o mesmo propósito de resposta. A primeira questão foi unânime, todos já tinham ouvido alguém chamar o lápis bege de “cor de pele”, desde criança até os dias atuais, tanto dentro quanto fora do âmbito escolar.

O que me chamou muita atenção foi o depoimento e a sinceridade de uma participante na qual disse que nunca havia pensado no erro em se falar lápis “cor de pele”, pois sempre esteve tão presente no cotidiano dela, desde a infância, que só pensou que o termo está incorreto a partir desta pesquisa. E ela não foi a primeira a me falar isso, pois ao comentar com outras pessoas, já me disseram o mesmo. O lápis “cor de pele” está tão enraizado na nossa cultura, que as pessoas falam sem notar se está certo ou não.

A segunda questão também obtiveram respostas com finalidades parecidas. Todos os participantes do questionário já ouviram algum parceiro de profissão chamar o lápis bege de “cor de pele”. Também já ouviram seus próprios alunos chamarem o lápis bege de “cor de pele”, e todos corrigiram, dialogando com a ideia que existem várias cores de pele, colocando o lápis bege do lado do seu próprio braço e comparar se a cor era igual, colocando também o lápis do lado do braço dos colegas de classe para comparar se a cor também era igual, mostrando que não tem como existir apenas uma cor de pele. Atitude igual a que faço com meus alunos, e após isso eles não erram mais. É simples explicar para as crianças que não existe uma cor só, e que todas as cores são bonitas e não apenas a cor branca, elas são inteligentes e absorvem tudo com facilidade.

 A terceira questão abordou sobre a lei 10.639/03. Todos concordaram que ela é de extrema importância, que já deveria ter sido criada há muito tempo, e que ela contribui para uma sociedade menos preconceituosa e mais informada, porém, sabemos que não basta ela existir, e sim ser imposta nas salas de aula.

A quarta questão é sobre o que falamos no paragrafo anterior, sobre a imposição da lei no currículo escolar. A grande maioria dialogou que a lei não consta no currículo, e que as únicas atividades sobre a cultura africana e afro-brasileira é interligada ao dia20 de novembro, dia da consciência negra. Alguns professores responderam que produzem atividades por própria conta para poder desenvolver mais o tema com os alunos, já que não consta no currículo escolar.

 A segunda pesquisa realizada na escola, contou com a participação de 25 alunos, da pré-escola dois, do turno da manhã. A turma é bem divida em relação a etnia, podendo se dizer que metade são negros e metade são brancos. A pesquisa foi realizada por partes, sendo perguntado em pequenos grupos que cor seria o lápis cor bege, é claro sem dizer que é bege, apenas mostrando o lápis e perguntando que cor era aquela. Por unanimidade, todas as crianças responderam que aquele lápis era cor de pele. Este dado nos causa uma grande preocupação com o currículo escolar na qual não está adaptado para o nosso país. O lápis bege ser chamado de cor de pele pode até parecer um problema superficial, porém o problema é bem maior do que aparenta, pois ele é só um dos diversos impasses que possuímos por viver em um país eurocentrísta.

A lei existe desde 2003, e até hoje não está imposto nos currículos escolares. Do que adianta existir a lei se ela não é aplicada? Os professores da rede pública e privada precisam se conscientizar por conta própria, e lutar para implantar essa lei no currículo escolar, elaborando atividades, rodas de conversa, inserindo o tema nas aulas de história, arte, literatura, assim como cita a lei. Existem tantas maneiras em que podemos abordar estes conteúdos, porém não são feitos já que não há uma fiscalização e nem multa para não cumprimento da lei, então acaba sendo baseado apenas na boa vontade e determinação de cada professor.

**V - POSSÍVEIS ATIVIDADES PARA UM CURRÍCULO PLURALISTA**

Uma das minhas propostas desta pesquisa é mostrar a diversidade de atividades que podem ser realizadas envolvendo a história e a cultura afro-brasileira. Existem diversas atividades a serem feitas em busca desse currículo plural tão desejado, e lembrando a importância de serem realizadas ao decorrer do ano, não somente no período do dia 20 de novembro (dia da consciência negra), sendo introduzido ao cotidiano escolar e da vida dos alunos.

As crianças gostam bastante de histórias infantis, e as mesmas estão bem presentes nas escolas desde a educação infantil, a fim de incentivar a leitura e adquirir novas palavras para o vocabulário e novos conhecimentos para o aprendizado. Portanto, um ótimo incentivo a fim de combater o preconceito racial é utilizar livros na qual se dialogam o tema, pois sabemos da importância da literatura na formação do ser humano assim como aponta Candido (1972):

A literatura pode formar; mas não segundo a pedagogia oficial [...]. Longe de ser um apêndice da instrução moral e cívica, [...], ela age com o impacto indiscriminado da própria vida e educa como ela [...]. Dado que a literatura ensina na medida em que atua com toda a sua gama, é artificial querer que ela funcione como os manuais de virtude e boa conduta. (CANDIDO, 1972, p. 84).

As propostas abaixo citadas são destinadas aos alunos da educação infantil e primeiro segmento do ensino fundamental, séries estas que são muito importantes para a formação dos alunos.

O livro “Empresta o lápis de cor?” conta a história de uma menina negra na qual gosta muito de pintar, desenhar, colorir, até que em um dia ela criou um desenho de uma princesa africana, e para pinta-la procurou o lápis “cor de pele”, porém seus amigos de sala ajudaram a pensar se realmente essa cor existia. É um ótimo livro para podermos descontruir essa ideia de “lápis cor de pele” que tanto as crianças quanto os adultos falam.

Outro livro que pode ser utilizado é o livro “Menina bonita do laço de fita” na qual conta a história de uma linda menina negra, que tinha cabelos negros bem enrolados na qual a mãe gostava de fazer tranças e por laços de fita coloridas. E havia também um coelho bem branquinho com olhos vermelhos e focinho nervoso sempre tremelicando, que achava a menina a pessoa mais linda que ele tinha visto na vida, e que queria casar com ela e ter uma filha pretinha que nem ela. O coelho então sempre perguntava para a menina o segredo dela ser tão pretinha, e por não saber a resposta, ela sempre inventava alguma resposta, na qual o coelho tentava imitar mas não conseguia, até que um dia a mãe da menina respondeu pro coelho que ela era bem pretinha por causa da vó que também era, então o coelho raciocinou que deveria encontrar uma coelhinha preta para ter filhotes pretinhos, e foi o que fez. Encontrou uma coelhinha pretinha, namorou, casou e tiveram vários filhotes de várias cores, inclusive uma coelhinha pretinha, na qual virou afilhada da menina. Essa história é ótima para poder valorizar a beleza negra, mostrar que ela também é linda, tão linda ao ponto de um coelhinho branco querer ser pretinho, de tão encantador. As crianças negras acabam se sentindo mais bonitas – já que muitas possuem baixa autoestima.

O livro “Cabelos de Lelê”conta a história de uma menina negra de cabelos cacheados que não gosta do que vê quando vai ao espelho, joga o cabelo pra um lado, pro outro, puxa, e então procura saber da onde vieram tantos cachinhos. Depois de procurar bastante, ela encontra um livro com todas as respostas, onde mostram os diversos cabelos que existem no continente africano, com vários tipos, cortes, penteados, enfeites, um mais lindo que o outro. Lelê fica maravilhada ao ver aquilo, e vai brincar contente, pois vê o quanto seu cabelo é belo e é sua marca e faz parte da história. Seu vizinho também se encanta pelos seus cachinhos. Esse livro é bom para trabalhar a cultura da África, a beleza e a representatividade negra. Muitas crianças sofrem preconceito e bullying por usarem o cabelo.

As próximas propostas que serão citadas possuem como destinatários o ensino fundamental, tanto o primeiro quanto o segundo segmento. Uma estratégia é utilizar a tecnologia aliada a educação, na qual é um atrativo para as crianças e jovens, e a partir dela exibir conteúdos educativos relacionado a cultura negra e afro-brasileira.

No site do YouTube, há um vídeo na qual se chama “Lápis cor de pele”, na qual uma menina negra está pintando um desenho e pede para uma amiga branca que ela encontrasse o lápis cor de pele, pois não está encontrando o seu. A amiga então procura com os amigos o lápis cor de pele, e ao pedir para um amigo negro, ele o entrega o lápis cor marrom. Acreditando não ser o lápis cor de pele certo, ela pede para um menino ruivo, bem branquinho, ele entrega o lápis cor branca. Novamente ela não acha que seja o lápis certo, então pede para um amigo oriental, na qual entrega um lápis amarelo. Inconformada, ela volta com os três lápis que conseguiu, reclamando com sua amiga que ninguém a entregou o lápis certo, até que a menina negra pega o marrom e fala pra ela que aquele lápis para ela era o cor de pele, e que cada um deu um lápis pra ela de acordo com a sua própria cor, fazendo com que a menina entendesse que não existe apenas um lápis cor de pele.

Outro vídeo bem interessante que pode ser exibido, que também consta no YouTube, é o vídeo chamado “Vista minha pele”, na qual a ideia do autor é inverter o preconceito, na qual a pessoa que sofre preconceito é branca, fazendo o tempo todo analogias com o preconceito às pessoas negras. Na televisão só há negros, os atores de novela são negros, os médicos, as crianças de propagandas, entre outros. A história se passa dentro de uma escola, onde só há pessoas negras na escola, em diferentes cargos, ou seja, os alunos, professores, e a diretora são negros, porém existe uma aluna branca, loiro e de olhos claros, chamada Maria, na qual é vítima de preconceito por ser diferente dos demais. Os demais brancos eram alunos em minoria, auxiliares de limpeza e cozinheiras. Maria tenta parecer com os negros, colocando tranças em seu cabelo - fazendo uma analogia com as mulheres negras que alisam os cabelos – porém as outras alunas ficam zombando dela. Há um concurso na escola chamado Miss Festa Junina, na qual Maria quer participar, porém acha que garotas como ela nunca ganhariam, e que quem deve ganhar é Sueli, a menina mais popular da escola. A mãe de Maria e sua melhor amiga, chamada Luana, incentivam a menina a participar, e que ela pode ser a esperança de mudança para um mundo menos preconceituoso e com mais oportunidade para os brancos. Já seu pai acha que a filha deve ser preparada para o terrível mundo que é para os brancos e sempre se manter com os pés no chão. Maria não desiste de lutar pelo seu sonho, mesmo sendo zombada pelas outras pessoas, e junto com Luana elas preparam tudo para vender os votos, e foi percebendo que muitas pessoas não concordavam com as injustiças raciais e o preconceito. Chega o grande dia da contagem dos votos e tanto Maria quanto Sueli ganham diversos votos, mas nem mostra a votação até o final, pois Maria já se sente feliz por ter tido a oportunidade de participar e conquistar vários votos e que nesse concurso ela já fez a diferença de estar ali lutando para um mundo mais justo, e no desfecho, a aluna Maria questiona para os telespectadores sobre quando poderemos ter a desigualdade racial e que o preconceito deve acabar e que todos nós somos iguais uns aos outros. Este vídeo é excelente para ser exibido em sala de aula, pois coloca o branco no papel do negro, mostrando as dificuldades e obstáculos que o negro enfrenta todo os dias há muitos anos, fazendo com que as crianças brancas “sintam na pele” o que os negros passam, fazendo com que elas questionem e percebam que todos nós somos iguais e que não devemos desejar para os outros o que não queremos para nós mesmos, ou seja, não devemos ser preconceituosos com ninguém, pois não queremos também ser vítimas de preconceito.

Como tem se visto, o YouTube é um site na qual possuem bons conteúdos educativos para se trabalhar com as crianças, sem contar que acaba se tornando uma aula lúdica. Além dos vídeos citados, há diversas histórias e lendas africanas disponíveis na qual podem ser trabalhadas em sala de aula, principalmente com o ensino fundamental de primeiro e segundo segmento.

Para o ensino da história e cultura africana e afro-brasileira para o ensino médio deve se pensar em atividades para pessoas mais maduras, devido à idade. Há também no YouTube diversos documentários falando sobre a cultura negra, sobre a influência da cultura africana no Brasil, a valorização da cultura negra, entre outros assuntos ligado a este tema.

Um ótimo assunto para ser abordado também é a questão da música negra, como o Rap e o Hip-Hop, na qual é muito popular entre os jovens, e proveniente da cultura negra, e podendo ampliar para os Raps e Hip-hops brasileiros, na qual falam sobre racismo, desigualdade social, entre outros temas bem interessantes na qual discursam sobre a realidade do Brasil, trazendo para a sala de aula algo da atualidade para os jovens.

Pode ser exibido também filmes que abordam sobre a triste realidade da escravidão, como o filme “12 anos de escravidão” ou “Django Livre”. Também pode ser um filme sobre o empoderamento negro como “Histórias cruzadas” ou “Mandela – O caminho para a sociedade”, entre outras temáticas que se podem dialogar.

Acredito que o professor deve ser cauteloso para decidir quais recursos irá trabalhar dependendo da série, pois é para ser uma atividade lúdica, prazerosa, e que os alunos aprendam valores. Os educadores devem sempre estar em busca dos gostos dos alunos, para conquista-los da melhor forma possível.

**CONCLUSÃO FINAL**

O currículo escolar está longe de ser o ideal para um país tão miscigenado e possuindo a maioria da população negra. O Brasil é um país muito preconceituoso e precisamos reverter essa situação logo. Não é preciso fazer parte da área educacional para perceber a cultura eurocêntrica que há no nosso país, pois podemos notar a baixa presença de pessoas negras na televisão, nos jornais, nas revistas, em empregos de níveis mais altos como juiz, médico, engenheiro, entre outros empregos.

 Para agravar tal situação, a lei 10.639/03 não é cumprida no currículo escolar, onde teria muita importância para evitar uma sociedade preconceituosa. Além do não cumprimento da lei, em algumas escolas ainda pode-se encontrar materiais didáticos que possuem imagens e desenhos de crianças brancas em total maioria.

 A falta de um currículo plural acaba gerando falta de informações às crianças. Algo que poderia ser facilmente evitado é o lápis bege ser nomeado de “cor de pele”, na qual é simples consertar este erro, e quanto mais novo mais fácil. Uma maioria esmagadora chama o lápis bege de “cor de pele”, até os adultos tem o mau hábito de chamar, inclusive professores.

Toda vez que ouvi algum aluno meu chamar a cor bege de “cor de pele”, eu consertei e nunca mais ouvi chamar outra vez. Nas pesquisas na qual realizei, os professores também consertavam seus alunos, explicando que não tem como existir apenas uma cor de pele. Acredito que os professores deveriam se conscientizar mais sobre o tema, para não reproduzirem mais esta fala tão errônea e sim, corrigir e explicar seus alunos, sendo a explicação de suma importância, pois o aluno precisa compreender e entender os reais motivos pelo que está sendo corrigido.

Estas correções devem ser realizadas o quanto antes na vida dos alunos. Desde a educação infantil deve ser corrigido tais situações, analisado, realizar rodas de conversas, contar histórias na qual facilite as crianças entenderem que não existe um lápis “cor de pele”, para compreenderem e não realizarem mais este discurso, e que ao crescerem possam passar a seguinte estas concepções.

Acredito que utilizando recursos como histórias que exibam a cultura negra e afro brasileira; vídeos que possam mostrar sobre o preconceito racial; conversas em sala de aula com os alunos sobre o tema; entre outras atividades, possam funcionar para a desconstrução dessa cultura eurocêntrica que temos, ou ao menos começarmos a descontruir, pois esta é uma tarefa árdua que necessita de professores que realmente queiram fazer a diferença, e que utilize todas as formas possíveis de recursos didáticos para poder educar seus alunos.

 É inadmissível termos a maioria da população negra e ainda sim vivenciar episódios de racismo em pleno século XXI. Presenciamos diversos avanços, na área da saúde, da tecnologia, da ciência, porém quando se trata da área da educação o avanço é bem menor. Ainda há escolas em estados precários, não há educação de qualidade para todos, o índice de analfabetismo ainda é alto, em certas escolas faltam material escolar e refeição, entre outros dos diversos problemas que o sistema de educação enfrenta.

 Ainda que existam muitos conflitos relacionados na educação, os educadores têm que fazer a parte deles da melhor forma possível. Temos que lembrar a importância do nosso papel na formação de uma sociedade melhor e mais justa. Nós somos os responsáveis na educação para ter um país, e um mundo melhor. Nós lecionamos para a esperança, nós lecionamos para crianças.

**REFERÊNCIAS**

ARAÚJO, Joel Zito. **Vista minha pele. Disponível em:<**<https://www.youtube.com/watch?v=LWBodKwuHCM>>. Acesso em: 5ago 2016.

BELÉM, Valéria. **O cabelo de Lelê.** Editora: IBEP NACIONAL. 2012

BRASIL. Lei nº 10.639, de 09 de janeiro de 2003

CANDIDO, Antônio. **A literatura e a formação do homem.** Ciência e cultura. São Paulo, v.24, n. 9, p.84, 1972.

CAVALLEIRO, Eliane dos Santos. **Do silêncio do lar ao silêncio escolar: racismo, preconceito e discriminação na educação infantil.** São Paulo: Contexto, 2000.

CAVALLEIRO, Eliane dos Santos. **Do silêncio do lar ao silêncio escolar:** racismo, preconceito e discriminação na educação infantil. São Paulo: USP, 1998. 240 p. Tese (Mestrado em Educação). Programa de pós graduação em educação, Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

CUNHA Jr, Henrique. **Textos para o movimento negro.** São Paulo, EDICON, 1992

FORQUIN, Jean-Claude. **Escola e Cultura: as bases sociais e epistemológicas do conhecimento escolar.** Trad.: Guacira Lopes Louro. Porto Alegre: Artes Médicas Sul,

1993.

GUEDES, Elociret al. O uso da lei 10.639/03 em sala de aula. **Revista Latino-Americana de História.** Vol. 2, nº. 6, Agosto de 2013 – Edição Especial.

KORALLE. Disponível em:<<http://www.koralle.com.br/produto/giz-de-cera-pintkor-12-cores-tons-de-pele-324954>>. Acesso em 04 jul 2016.

Lima, Anderson. **Lápis cor de pele.** Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=NmjicgJi-q4>>. Acesso em: 28 out 2016

LOPES, V.N. Racismo, preconceito e discriminação. In: MUNANGA, K (Org.). **Superando o racismo na escola.** Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

MACHADO, Ana Maria. **Menina bonita do laço de fita.** Editora: Ática. 1997.

PAVAN, Ruth. **O currículo e a construção de identidades negras: subvertendo histórias brancas.** In: REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 32., 2009, Caxambu, Anais...Caxambu: ANPED, 2009.

PERES, Rafaeli. **Empresta o lápis de cor?.**Paraná: Editora Eduel. 2012

PINTO, Ana Carolina. Empresa lança estojo com giz de cera em doze tons de pele. **Jornal Extra.** Disponível em:<<http://extra.globo.com/noticias/educacao/empresa-lanca-estojo-com-giz-de-cera-em-doze-tons-de-pele-14738874.html>>. Acesso em 5ago 2016.

SILVA, Flávia Carolina da; PALUDO, Karina Inês. Racismo Implícito: um olhar para a educação infantil. **Revista Africa e Africanidades.** Ano IV. N. 14/15 – Agosto/ Novembro. 2011.

SILVA, Petronilha Beatriz. Aprender, ensinar e relações étnico-raciais no Brasil. **Educação**, v. 30, n. 63, p. 489-506, 2007.

SOUZA, Maria Elena Viana. **Diálogos possíveis entre concepções de currículo e a lei 10.639/03.** In: REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 32., 2009, Caxambu, Anais...Caxambu: ANPED, 2009.

UNIAFRO. Disponível em:<<http://www.ufrgs.br/uniafro/>>. Acesso em 05 ago 2016.